



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O “reconhecimento recíproco das cartas de condução” não reúne consenso, pelo que deve ser precedido de uma consulta pública

Há dias, durante o debate das LAG, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, afirmou que as políticas de “circulação de veículos de Macau em Guangdong” e do “reconhecimento recíproco das cartas de condução” já estão quase prontas, e que, a curto prazo, iam ser dadas boas notícias. Porém, a propósito da questão do “reconhecimento recíproco das cartas de condução” o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, afirmou, em 16 de Novembro de 2020, o seguinte: “o “reconhecimento recíproco das cartas de condução” já suscitou grande controvérsia na Assembleia Legislativa, salientando que este reconhecimento tem de ser bilateral, e sublinhou ainda que há que ouvir os deputados para decidir avançar, ou não, com o “reconhecimento recíproco das cartas de condução”. Mais, em Agosto do corrente ano, durante uma sessão plenário para interpeção oral, na resposta a uma pergunta de acompanhamento minha, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, afirmou expressamente que a “circulação de veículos de Macau em Guangdong” e o “reconhecimento recíproco das cartas de condução” são duas coisas distintas, e sublinhou ainda que, no debate sobre o “reconhecimento recíproco das cartas de condução” em 2018, não houve opiniões unânimes entre os deputados.

É de salientar que a “circulação de veículos de Macau em Guangdong” tem o apoio de toda a população, por isso, há que a concretizar quanto antes. Todavia, a questão do “reconhecimento recíproco das cartas de condução” entre o Interior da China e Macau tem suscitado muita polémica em Macau, tendo até levado os cidadãos a manifestarem-se contra este “reconhecimento” e exigido às autoridades que reforcem a execução da lei para combater com rigor os motoristas ilegais vindos do Interior da China. A sociedade não compreende: porque é que o Governo veio, de repente, dizer que o “reconhecimento recíproco das cartas de condução” vai ser



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

implementado a curto prazo”?

Segundo os dados consultados, o Governo anunciou, em finais de 2013, o “Reconhecimento mútuo das cartas de condução de automóveis ligeiros entre Guangdong e Macau”, o que provocou forte reacção da sociedade. Na altura, o então Chefe do Executivo, Chui Sai On, realçou que estava a par das questões levantadas pela sociedade sobre o “reconhecimento mútuo das cartas de condução”, tal como, a população e a área dos dois lados, bem como a gestão dos postos fronteiriços, entre outras, e, em 2014, encarregou uma instituição académica de elaborar um relatório intitulado “Estudo sobre a perspectiva social do reconhecimento mútuo das cartas de condução de automóveis ligeiros entre Guangdong e Macau”. Todavia, só em finais de 2017 é que o Governo divulgou o relatório, no qual se sugeriu o seguinte:

1) Aditar condições ao plano de reconhecimento mútuo das cartas de condução de automóveis ligeiros entre Guangdong e Macau, por exemplo, exigir aos requerentes que se inscrevam num curso de curta duração sobre a cultura e os hábitos de condução das duas regiões, só sendo permitida a obtenção da carta de condução da outra região após a conclusão do curso.

2) Aditar ao plano de reconhecimento mútuo das cartas de condução de automóveis ligeiros entre Guangdong e Macau o limite e a quantidade das cartas de condução, não sendo aceites mais pedidos logo que as quotas estejam preenchidas. O Governo pode avaliar, periodicamente, a situação da sua implementação, por exemplo, o grau de satisfação do público e pode, gradualmente, alargar os limites.

3) Proceder à conversão da carta de condução, após o reconhecimento mútuo, em carta de condução provisória, isto é, os condutores de Guangdong e Macau podem requerer junto das autoridades de trânsito da outra região a emissão de uma carta de condução provisória (de algumas semanas a um ano), para poder conduzir na outra região durante um determinado tempo.

4) Criar, em conjunto, pelos governos de Guangdong e Macau, zonas de formação de condução na Ilha de Hengqin ou em Gongbei, e elaborar cursos de condução adaptados às realidades das duas regiões, a fim de formar conjuntamente



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

os residentes de Guangdong e Macau nas técnicas de condução, e, após a aprovação no exame, os residentes formados das duas regiões podem obter as cartas de condução de Guangdong e Macau, podendo conduzir nas duas regiões. As autoridades também podem considerar aceitar pedidos de inscrição neste curso de condução de indivíduos sem carta de condução.

O relatório sugeriu ainda que o Governo da RAEM, antes de decidir a implementação da política de reconhecimento mútuo das cartas de condução de automóveis ligeiros entre Guangdong e Macau, possa elaborar um documento de consulta para apresentar pormenorizadamente aos cidadãos de Macau o conteúdo do plano, a fim de evitar mal-entendidos por não conhecerem o conteúdo do mesmo e, ao mesmo tempo, apresentar ao público diferentes propostas para permitir que os condutores de Macau conduzam no Interior da China, de modo a que os cidadãos de Macau possam ter um conhecimento mais profundo sobre este tema, e que o Governo obtenha o apoio do público, o que favorecerá a concretização e a implementação dessa política no futuro.

Quanto à razão de não seguir o relatório de estudo do Governo para promover o “reconhecimento recíproco das cartas de condução”, em 2018, o Director dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), Lam Hin San, defendeu o seguinte: “com a mudança do rumo e do posicionamento do desenvolvimento social de Macau, a análise dos dados e os pareceres constantes do relatório de estudo sobre o ‘reconhecimento recíproco das cartas de condução’, elaborado em 2014, já não conseguem reflectir suficientemente a situação real de Macau. Por conseguinte, a DSAT não pode tomar este relatório como referência...”, mas, até ao momento, o Governo ainda não nos deu novas informações e pormenores sobre o “reconhecimento recíproco das cartas de condução”, isto é, se vai avançar com um novo estudo sobre a tal política ou se vai avançar com uma consulta pública.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. A designação oficial do “reconhecimento recíproco das cartas de condução” passou do “Reconhecimento mútuo das cartas de condução de automóveis ligeiros



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

entre Guangdong e Macau”, em 2013, para “Acordo entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau sobre o Reconhecimento Recíproco das Cartas de Condução”. Será que a mudança de designação significa o alargamento do âmbito do reconhecimento, isto é, de apenas a Província de Guangdong para todo o País, e o alargamento do âmbito da tipologia de veículos, isto é, de apenas os automóveis ligeiros para todos os tipos de veículos motorizados? Quais são as diferenças entre elas em termos de destinatários e tipologia das cartas de condução a reconhecer mutuamente, entre outros aspectos?

2. O Governo recusou-se a seguir o relatório de 2014, por entender que a análise dos dados e os pareceres constantes não conseguem reflectir, suficientemente, a situação real de Macau. Nos últimos oito anos, o Governo efectuou algum estudo e procedeu a recolha de dados? O Governo chegou a avaliar, de entre os actuais 153 mil trabalhadores não residentes do Interior da China e os 28 mil estudantes do Interior da China que estão a frequentar cursos superiores em Macau, quantos preenchem os requisitos para obter o reconhecimento recíproco da carta de condução e chegou a avaliar quantas pessoas, desses dois grupos, vão passar a conduzir em Macau? De que medidas dispõe para evitar que venham a sobrecarregar ainda mais o trânsito já congestionado de Macau?

3. De acordo com a resposta dada pelo Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, em 16 de Novembro de 2020, sobre o “reconhecimento recíproco das cartas de condução”, vai o Governo prometer que irá concretizar, em primeiro lugar, a política de “circulação de veículos de Macau em Guangdong”, assunto que não tem suscitado grande controvérsia na sociedade? Tendo em conta a grande controvérsia e a falta de consenso na sociedade sobre o “reconhecimento recíproco das cartas de condução”, vai o Governo proceder a uma consulta pública antes do seu lançamento? A curto prazo, com vista a facilitar aos residentes de Macau a obtenção da carta de condução do Interior da China, o Governo da RAEM vai dialogar com o Governo do Interior da China, a fim de fornecer medidas facilitadoras para os residentes de Macau poderem fazer prova de conhecimentos de trânsito no Interior da China? A longo prazo, o Governo deve ponderar sobre as sugestões constantes do relatório, no sentido de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

estudar a possibilidade de criar, em conjunto com o Governo de Guangdong, zonas de formação de condução na Ilha de Hengqin ou em Gongbei, e elaborar cursos de condução adaptados às realidades das duas regiões, a fim de formar conjuntamente os residentes de Guangdong e Macau nas técnicas de condução e, após a aprovação no exame, os residentes formados das duas regiões poderão obter as cartas de condução de Guangdong e Macau, podendo conduzir nas duas regiões. O Governo vai fazê-lo?

2 de Dezembro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou